Revista de Ciências Humanas e Sociais | ISSN: 2447-0244
v. 6, n. 4, ago-dez, 2020.
Missões

VULNERABILIDADES E FORMAS DE RESISTÊNCIA: OS DESAFIOS DE HABITAR O COTIDIANO EM TEMPOS DE COVID-19

VULNERABILIDADES Y FORMAS DE RESISTENCIA: LOS RETOS DE HABITAR EL COTIDIANO EN TIEMPOS DE COVID-19

VULNERABILITIES AND FORMS OF RESISTANCE: THE CHALLENGES OF INHABITING EVERYDAY LIFE IN COVID-19 TIMES

Recebido em: 28/11/20
Aceito em: 31/12/2020

Amanda Gomes Pereira[1]
Tatiana Colasante[2]

Resumo: O artigo explora os sentidos do luto a partir de perdas materiais e imateriais em função da pandemia da COVID-19 sob o olhar de mulheres estudantes universitárias do interior do Maranhão. Trata-se de um estado que apresenta altos índices de população em situação de extrema pobreza. Os desafios de habitar o cotidiano para essas pessoas se processam na falta de condições mínimas de moradia, saúde precária, dificuldade de acesso à educação e desemprego. Com isso, busca-se compreender como o período da pandemia alterou o cotidiano de estudantes da Universidade Federal do Maranhão-*Campus* São Bernardo nos aspectos relacionados a emprego, renda, lazer, educação, envolvendo diferentes percepções de luto e sofrimento social. Como metodologia, utilizou-se o grupo focal via internet. A amostra envolveu seis mulheres que atuam em projetos de ensino direcionados a alunos de baixa renda. Como resultado, verificou-se que a pandemia contribuiu para acentuar as desigualdades sociais e as mulheres foram um dos grupos sociais mais atingidos pelos efeitos da pandemia, apresentando dificuldades de manutenção da vida cotidiana, com sobrecarga de trabalho e transtornos emocionais.

Palavras-chave: Maranhão; Mulheres; Pandemia; Vulnerabilidade Social.

Resumen: El artículo explora los sentidos del duelo a partir de pérdidas materiales e inmateriales em función de la pandemia de la COVID-19 bajo la mirada de mujeres estudiantes universitarias del interior del Maranhão. Se trata de un estado que presenta altos índices de población en situación de extrema pobreza. Los retos de habitar el cotidiano para esas personas se procesan en la falta de condiciones mínimas de domicilio, salud precaria, dificultad de acceso a la educación y desempleo. Con eso, se busca comprender cómo el periodo de la pandemia cambió el cotidiano de estudiantes de la Universidad Federal del Maranhão-Campus São Bernardo, en los aspectos relacionados a empleo, renta, ocio, educación, abarcando diferentes percepciones del duelo y del sufrimiento social. Como metodología, se utilizó el grupo focal vía internet. La muestra envolvió seis mujeres que

[1] Docente Adjunta de Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (Campus São Bernardo). E-mail: ag.pereira@ufma.br
[2] Docente Adjunta de Turismo da Universidade Federal do Maranhão (Campus São Bernardo). E-mail: tatiana.colasante@ufma.br

actúan en proyectos de enseñanza direccionados a alumnos de pequeña renta. Como resultado, se verificó que la pandemia contribuyó para acentuar las desigualdades sociales y las mujeres fueron uno de los grupos sociales más impactados por los efectos de la pandemia, presentando dificultades de manutención de la vida cotidiana, con sobrecarga de trabajo y trastornos emocionales.

Palabras-chaves: Maranhão; Mujeres; Pandemia; Vulnerabilidad Social.

Abstract: The article investigates the meanings of mourning from material and immaterial losses due to the COVID-19 pandemic from the perspective of female university students from the countryside of Maranhão state, Brazil. This is a state with high rates of people in situation of extreme poverty. Some of the challenges of inhabiting everyday life faced by them are the lack of minimum housing conditions, poor health, restricted access to education and unemployment. Therefore, we aim at understanding how the coronavirus pandemic changed the daily lives of female students at the Universidade Federal do Maranhão (Federal University of Maranhão), São Bernardo, with regard to aspects such as employment, income, leisure and education through different perceptions of mourning and social suffering. The methodology used was that of online focal groups. The sample comprised six women who work in educational projects aimed at low-income students. The results show that the pandemic intensified social inequalities, having major effects on women as a social group, who had difficulty coping with everyday life due to work overload and emotional disorders.

Keyword: Maranhão; Pandemic; Social vulnerability; Women.

INTRODUÇÃO

No livro “A mulher dos pés descalços”, a autora Scholastique Mukasonga inicia sua narrativa destacando um desejo de sua mãe. Esse desejo era que, quando morresse, suas filhas mulheres cobrissem o seu corpo. Em um tom de súplica e desespero, a mãe de Scholastique implorava, em muitos momentos, segundo a autora, afirmando que ninguém deveria ver seu corpo descoberto depois de morto. Infelizmente, Mukasonga (que precisou migrar da região onde morava em seu país natal para salvar sua vida) não pôde realizar o pedido de sua mãe. Ao escrever este livro dedicado a ela, as frases que se sobrepuseram na página do caderno serviram, para autora, como um meio de ir “tecendo e retecendo a mortalha de seu corpo ausente” (MUKASONGA, 2017: p. 7).

O luto de Scholastique que se compadece por não ter atendido ao pedido da mãe é sentido e partilhado por milhares de famílias brasileiras desde o início da pandemia do coronavírus no país. As tradições de despedida e de homenagem aos mortos, estabelecidas socialmente, estão sendo rompidas com o estabelecimento de cerimônias breves, sem contato físico entre os parentes e amigos com o caixão lacrado – medida recomendada pela

Organização Mundial da Saúde (OMS) devido ao risco de contágio –, e que destitui a identidade do morto. Em vida, as pessoas contaminadas ficam privadas do contato social nos leitos de hospitais, refletindo aquilo que Elias (2001) chama de isolamento dos velhos e dos moribundos da comunidade dos vivos. Em tempos de pandemia, também na morte, o isolamento e a solidão persistem na figura representativa do caixão lacrado, evitando o último contato afetuoso com o mundo dos vivos. Assim, as sociabilidades e as simbologias fúnebres são ressignificadas.

Recentemente, devido a troca dos corpos em diferentes estados, familiares de pessoas que morreram com Covid-19 abriram os caixões por receio de não estarem sepultando os seus entes queridos, mas outras pessoas. A falta de um corpo, nesse contexto, representou um vazio que o processo de elaboração do luto implica no reconhecimento do "corpo ausente", que muitas vezes se processa na dimensão visual, no (des) velar do caixão.

Assim, ressalta-se que embora o sentido de uma pandemia tenha efeitos globais, esses efeitos não são sentidos de forma igualitária pela população. Para Santos (2020, p. 15): "Qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros e impossível para um vasto grupo de cuidadores, cuja missão é tornar possível a quarentena ao conjunto da população". Nesses grupos, destacam-se como os mais atingidos: as mulheres, trabalhadores informais, a população de rua, moradores de bairros periféricos e favelas, idosos, deficientes, refugiados etc. São pessoas que, em seu cotidiano, vivem cerceados dos seus direitos básicos e, por isso, enfrentam as consequências da necropolítica que invisibiliza e mata.

A partir de um olhar desses grupos sociais, o intuito deste trabalho é pensar o lugar do luto, do medo da morte e da ansiedade com relação aos efeitos da pandemia em um dos estados mais pobres do Brasil. Em cidades pequenas do Maranhão, o período da pandemia evidenciou os problemas de vulnerabilidade social e também ampliou os espaços de dor dos moradores, pois, as mortes pelo coronavírus geralmente estão atreladas a alguém do seu convívio. A sua recuperação, seu perecimento, e/ou seu falecimento, são acompanhados pela maioria da população local.

Nesse aspecto, o luto em tempos de pandemia para pessoas em situação de vulnerabilidade implica em perdas materiais e afetivas em diversos aspectos da vida, em incertezas de ser e estar no mundo, o que implica na construção de recursos possíveis para habitar os espaços de dor e estratégias de resistências às consequências de um vírus que tem afetado as dinâmicas sociais, de renda, acesso à educação, além de sonhos e sono das pessoas.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de entrevistas em grupo, de modo remoto, simulando os instrumentais metodológicos que configuram um grupo focal – adaptados às circunstâncias e contextos recentes que inviabilizaram (inviabilizam) a realização desses grupos presencialmente. Questões prévias foram elaboradas com o intuito de estimular o debate e participação das estudantes, escolhidas por fazerem parte dos diversos cursos existentes no campus São Bernardo/Maranhão e por integrarem grupos de pesquisa. Seis mulheres participaram de duas sessões junto com as coordenadoras do projeto, sendo estimuladas a narrarem os efeitos da pandemia em suas rotinas.

Assim, procurou-se compreender elementos como: do trabalho, renda e serviço doméstico, além de práticas de lazer e sociabilidades. Nossos objetivos centraram-se em saber se, com a pandemia, as estudantes, ou alguém da família, perderam o trabalho ou fonte de renda; se a renda familiar foi brutalmente impactada; se a situação atual criou algum tipo de angústia e incerteza com relação ao futuro; se, com a pandemia, as atividades domésticas tiveram que sofrer adaptações, modificando a tradicional Divisão Sexual do Trabalho, assim como perceber as repercussões nas sociabilidades cotidianas e formas de lazer.

Em um primeiro momento, a pesquisa discute aspectos da vulnerabilidade social tomando por base indicadores sociais dos municípios da Região do Delta das Américas e do Baixo Parnaíba Maranhense, leste do estado, lugares de origem dos estudantes das UFMA. Posteriormente, são apresentados relatos que narram as consequências da pandemia, destacando as dificuldades enfrentadas para a manutenção da vida em seus diferentes aspectos: do trabalho, renda e serviço doméstico ressaltando, assim, as desigualdades que ainda se perpetuam em lugares recônditos e, com isso, avalia-se as relações entre tempo, lugares, territorialidades e as possibilidades de habitar os espaços de dor e de luto.

O ACIRRAMENTO DAS VULNERABILIDADES SOCIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

O Sars-Cov-2 é um vírus pertencente ao grupo dos coronavírus e que, em seres humanos, causa doença respiratória (Covid-19) que se manifesta em diferentes intensidades, desde sintomas mais leves até casos mais graves que levam a óbito. Seu surgimento foi noticiado no fim do ano de 2019, com o primeiro caso na China, dando início a uma pandemia que resultou em medidas de isolamento social em vários países do mundo, entre eles o Brasil (atualmente o terceiro país com mais óbitos pela doença). Do ponto de vista

científico, identificar a sequência genética foi um avanço nas pesquisas para melhor compreender a sua ação no organismo humano e fomentar pesquisas para a criação de vacinas.

No entanto, a falta permanente de kits de testagem tem impossibilitado estimativas acuradas de parâmetros chaves, como a taxa de reprodução e tamanho da população infectada. Com a difusão mundial do coronavírus, mostram-se as dificuldades da população em situação de vulnerabilidade social ao verificarmos que as medidas protetivas se distanciam da realidade de grande parte da população e quando observamos municípios sem infraestrutura básica, como rede de água, esgoto, energia elétrica e coleta de lixo – dificultando tarefas simples, como higienizar corretamente as mãos, uma das medidas essenciais para evitar o contágio pelo vírus.

Ao mesmo tempo, o grande número de pessoas que vivem em domicílios minúsculos também se torna um impeditivo para o isolamento social, sobretudo, caso haja um diagnóstico positivo por algum membro da família. Somado a isso, uma parcela significativa da população de áreas carentes é autônoma, implicando em exercer suas atividades laborais no cotidiano das ruas, aumentando o risco de contágio da doença. Desta maneira, está em jogo quem pode e quem não pode se isolar ou ficar em quarentena, como complementa Harvey (2020).

Não obstante, essa dinâmica de exclusão incide também em contextos socioeducativos, pois, muitas famílias sequer possuem acesso à internet ou equipamentos tecnológicos que possibilitem uma qualidade de aprendizagem durante o período da pandemia. Devido a necessidade de isolamento social, foi decretada a suspensão das aulas na educação básica e no ensino superior em muitos municípios brasileiros e, como forma de dar seguimento às atividades, muitas instituições passaram a ofertar aulas em modo remoto, ampliando ainda mais o abismo social, já que um entre cada quatro brasileiros não tem acesso à internet (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

A invisibilidade nesse cenário caótico gerada pela pandemia nada mais é do que reflexo da perversidade do neoliberalismo, combinado com o domínio do capital financeiro, como explica Santos (2020), que exclui, discrimina e mata a população pobre ou ainda, como afirma Butler (2020), o vírus por si só não discrimina, mas sim, os seres humanos moldados por poderes entrelaçados de nacionalismo, racismo, xenofobia e capitalismo.

Em tempos difíceis, face ao crescimento exponencial da COVID-19, é importante refletir quanto a vulnerabilidade de grupos específicos. Embora o vírus SARS-COV-2 não apresente seletividade contagiosa, os impactos da infecção formam e são sentidos de maneiras

diferentes a depender de marcadores de raça, classe e gênero. Tais marcadores, em razão das desigualdades produzidas socialmente, afetam as pessoas em diversas áreas das suas vidas, impactando para além da saúde.

De acordo com Estrela et.al. (2020), os primeiros casos da doença no país estão ligados à população mais economicamente favorecida que, ao realizarem viagens internacionais, começaram a se infectar e, posteriormente, retornaram ao Brasil. O primeiro caso notificado de um brasileiro infectado foi em fevereiro de 2020, justamente em um paciente que havia retornado de viagem recente à Itália. Nos bairros de periferia, os relatos de contágio incidiram sobre empregadas domésticas, motoristas de aplicativo, entregadores de alimentos e outros trabalhadores que tiveram contato com aqueles que viajaram, se infectaram e levaram o vírus para suas casas. Com isso, as pessoas de baixa renda passaram também a serem expostas à doença.

Conforme o pesquisador Julvan Moreira de Oliveira, do ponto de vista histórico, as tragédias que assolam a humanidade tem um impacto maior em grupos sociais mais vulneráveis. A sociedade brasileira, reflexo ainda de ações coloniais, contribui para que a vulnerabilidade se intensifique na população negra devido ao racismo estrutural, apartando também mulheres, homossexuais e transexuais – sobretudo, quando são pobres (UFJF, 2020). Com isso, não há como se pensar em vulnerabilidade no Brasil desconsiderando a interseccionalidade desses grupos, pois, quando se pensa em restrições no próprio fato de existir, estamos falando em uma dimensão que perpassa as questões socioeconômicas, mas principalmente socioculturais. Lélia Gonzalez, antropóloga, filósofa, escritora e feminista, reforça os entrelaçamentos do acirramento da vulnerabilidade na população negra:

> As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do "lugar natural" de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos "habitacionais" (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as

> prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão (GONZÁLES, 1984, p. 232).

Não há, portanto, como se pensar em efeitos igualitários em pandemia com situações tão desiguais. Estrela et.al (2020) ilustram a situação do Haiti, país mais pobre das Américas, com uma população de 11 milhões de habitantes dos quais 95% são negros e que conta com menos de 30 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) – além da ausência de equipamentos de proteção aos prestadores dos serviços de saúde, somada a falta de recursos, agravando mais a crise na saúde. Além disso, com esse cenário, há um declínio econômico dos indivíduos e das famílias, uma vez que o controle da doença implica em cumprir medidas de distanciamento social e quarentena. Essa medida torna mais vulnerável ao risco da doença, justamente a população pobre que vive na informalidade e precisa sair para trabalhar, utilizar transporte público, ampliando a possibilidade de contágio.

Para ilustrar essa situação, recorre-se aos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, sobre "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil", em que aponta que 75% das pessoas que vivem na extrema pobreza são autodeclarados como negros ou pardos. Sobre a cobertura de serviços de saneamento básico, a pesquisa aponta a existência de maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca); sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca) e; sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca), trazendo grande acirramento do quadro de vulnerabilidade social desses grupos, inclusive, com mais risco à exposição de vetores de doenças.

A esse cenário, soma-se a discussão das condições de moradia. O IBGE (2018) ainda traz informações sobre o adensamento domiciliar excessivo, ou seja, situações em que existem mais de três moradores por cômodo utilizado. De acordo com o levantamento, essa situação incide entre as pessoas pretas ou pardas com uma frequência (7,0%) aproximadamente duas vezes maior do que a verificada entre as brancas (3,6%). Para Estrela et.al (2020, p. 3434), "as iniquidades sociais dos países organizam suas sociedades de maneira a torná-las extremamente vulneráveis". Com isso, a população marginalizada é constituída por minorias raciais e étnicas que trabalham em empregos informais e precisam de recursos financeiros que possam colaborar com o autoisolamento. Por outro lado, uma pequena parcela da população demonstra o privilégio e o poder de escolhas na pandemia.

AMPLIANDO AS ESCALAS DE DOR NO INTERIOR DO MARANHÃO

No Brasil, o Maranhão é o estado com o maior índice de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza e o segundo maior em taxa de mortalidade infantil (IBGE, 2018), reflexos de falta de políticas públicas e investimentos. Sousa et.al (2011) explica que a formação social do estado é marcada pela ação de longos períodos de mandonismos políticos que resultaram em estagnação social, política, econômica e cultural. Os autores destacam ainda a distância geográfica dos centros hegemônicos do país, que gerou certo isolamento da sociedade maranhense com relação a processos de mudança ocorridos naqueles centros e, ao mesmo tempo, essa falta de articulação possibilitou a formação de oligarquias locais que dominaram politicamente suas áreas de influência.

De acordo com os dados da Síntese de Indicadores Sociais – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), o Maranhão apresenta o menor rendimento mensal médio (R$ 710,00) entre os estados brasileiros e também é o que apresenta o maior percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza, com aproximadamente 1 milhão de pessoas sem condições dignas de moradia. O estado também é o que possui maior restrição de acesso ao serviço de coleta de lixo, com 32,7% da população sem acesso a esse tipo de serviço.

Com tantas restrições no cotidiano, pode-se imaginar as dificuldades enfrentadas por estas pessoas durante o período da pandemia. Em reportagem do programa Bom Dia Mirante, exibida em 08 de abril de 2020, foram apresentados relatos de pessoas que vivem em palafitas, evidenciando os aspectos mais árduos da pandemia. Conforme relato de Luiz Diniz, pintor, negro, 62 anos: “Já não tinha trabalho pra gente sobreviver (...) com uma doença dessa eu não tenho mais condição de nada, de sobrevivência”. O repórter pergunta se existe álcool gel ou máscara na casa do entrevistado. Diante da negativa, pergunta como ele está fazendo para se proteger do coronavírus. O pintor responde: “É na benção de Jesus” (BOM DIA MIRANTE, 08/04/2020).

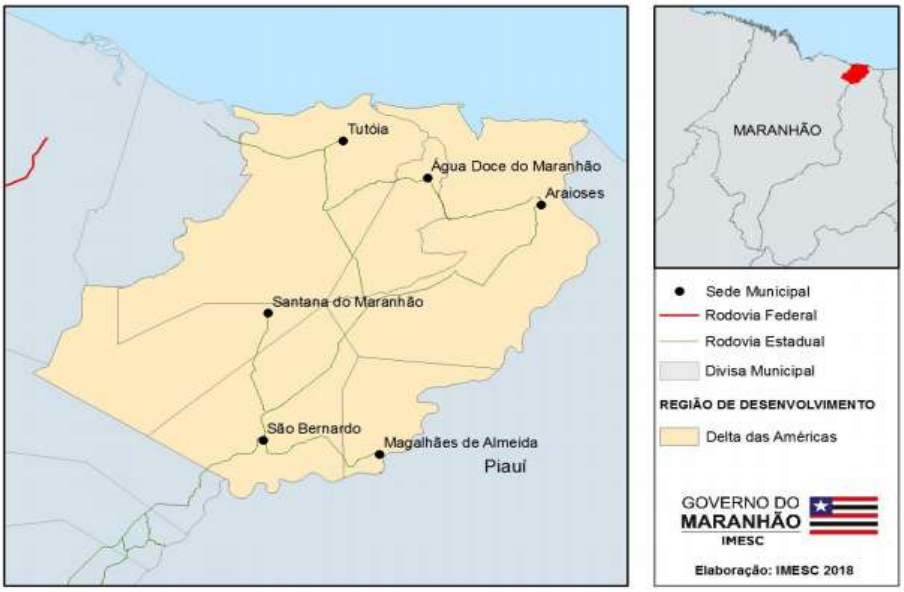
No Maranhão, ocorreram mais de 4 mil mortes por Covid-19 e mais de 185 mil casos notificados, o que contribuiu para que o governo realizasse medidas drásticas de contenção da doença durante a pandemia, como o *lockdown,* decretado para a capital São Luís, tendo por objetivo restringir a circulação social No entanto, é na base da fé que muitas pessoas em situação de vulnerabilidade vislumbram horizontes de salvação dos seus infortúnios.

Em São Bernardo, leste do estado, distante cerca de 400 km da capital São Luís[3], que tem uma população estimada em 28 mil habitantes, verifica-se que mais da metade da população ganha meio salário mínimo por mês. Além disso, pouco mais de 10% dos domicílios tem tratamento de esgoto adequado (IBGE, 2018). Com baixo poder aquisitivo, opções de lazer e entretenimento tornam-se escassas para a população, se restringindo a banhos de rio ou confraternização em espaços públicos como praças. Dentro do planejamento territorial do Maranhão, São Bernardo está na Região de Desenvolvimento do Delta das Américas (Figura 1). Trata-se de uma região com uma população estimada em 178.518 habitantes. No aspecto econômico, destaca-se a atividade turística, principalmente, em Araioses, Água Doce do Maranhão e Tutóia, além da cata do caranguejo uçá e da pesca artesanal, segundo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC, 2018).

Um *campus* da Universidade Federal do Maranhão foi instalado no município em 2005 e atualmente oferta 05 cursos: Ciências Humanas, Linguagens e Códigos, Ciências Naturais e Turismo. A maioria dos alunos é oriunda da própria região, principalmente, de povoados que contam com uma infraestrutura ainda mais precária do que na sede do município. Para irem até a universidade, muitos desses alunos dependem de transporte público cedido pelas prefeituras da região. Não é incomum os alunos reclamarem da qualidade do transporte e da falta dele em alguns períodos do ano. Além disso, grande parte deles recebe bolsas destinadas a grupos em vulnerabilidade socioeconômica, como o Foco Acadêmico, Auxílio Alimentação e Auxílios Emergenciais. Nesse sentido, para esse grupo estudantil que já enfrenta dificuldades pelo contexto socioeconômico em frequentar uma universidade pública, o período da pandemia contribui para acentuar essas fragilidades, ampliando as experiências de dor.

FIGURA 1 – MUNICÍPIOS QUE COMPÕE A REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO DO DELTA DAS AMÉRICAS

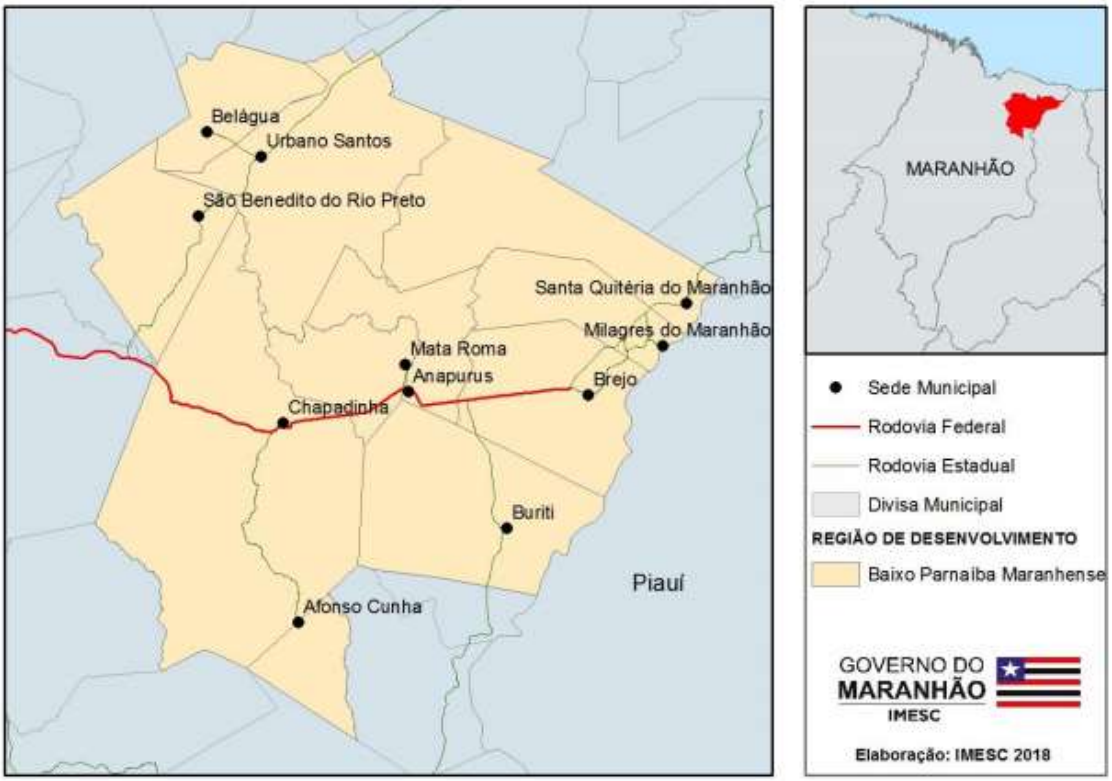
[3] Essa distância de cerca de 400km da capital se torna ainda maior com as péssimas condições das rodovias, repletas de buracos e sem acostamento.



Fonte: IMESC (2018)

O *campus* também atende alguns alunos de municípios da Região de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba Maranhense, localizada entre o alto vale da bacia hidrográfica do Rio Munim e da bacia do baixo Parnaíba (Figura 2). Possui uma população de aproximadamente 270 mil habitantes que trabalha essencialmente na produção de alimentos básicos, destacando-se o cultivo do arroz e da mandioca (IMESC, 2018).

FIGURA 2 – MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE



Fonte: IMESC (2018)

O Baixo Parnaíba Maranhense ainda guarda profundos traços de ruralidade, com a presença do trabalho familiar e a presença de dezenas de comunidades tradicionais, como indígenas e remanescentes quilombolas. É também uma região de conflitos de terra em função da expansão da fronteira agrícola.

Neste recorte espacial que reflete contrastes intensos entre a atuação de agentes hegemônicos com os grandes latifundiários sulistas no Baixo Parnaíba Maranhense e os empresários do turismo no Delta das Américas – que detém o capital –, o restante da população local vive em seu cotidiano situações extremas de vulnerabilidade social, destituída dos seus direitos básicos de moradia, alimentação, saúde e educação. Assim, destaca-se que a estratégica instalação do *campus* da UFMA no município de São Bernardo tem contribuído para o acesso da população marginalizada e carente da região ao ensino superior, podendo também refletir na melhoria da qualidade de vida da população local e a elevação da autoestima.

(RE) EXISTÊNCIAS FEMININAS: ENFRENTAMENTOS E CONTINGÊNCIAS NA PANDEMIA

Por entender o papel central da universidade na vida desses acadêmicos, com a suspensão das aulas presenciais durante 05 meses, seguido da retomada de forma remota, buscou-se compreender os efeitos da pandemia na vida dos acadêmicos a partir de dimensões consideradas por Santos (2020) como modos de viver dominante: trabalho, consumo, lazer e convivência. A partir de um alerta das Organizações das Nações Unidas (ONU) no início da quarentena, verificou-se que as mulheres seriam um dos grupos sociais mais atingidos, pois, o isolamento traria sobrecarga de trabalho, aumento de casos de violência doméstica e diminuição de acesso a serviços de atendimento, segundo relatam Comoli e Canto (2020).

Por isso, optou-se por compreender as alterações na vida de mulheres acadêmicas da UFMA em São Bernardo. A pesquisa foi realizada entre os dias 18 e 25 de junho de 2020, com 06 estudantes bolsistas e voluntárias envolvidas em projetos vinculados ao programa Foco Acadêmico – que contempla universitários em situação de vulnerabilidade social. A metodologia utilizada na pesquisa foi grupo focal e tem como característica reunir um conjunto de pessoas para discutir temas a partir de sua experiência pessoal, como explica Gatti (2005).

Em função da pandemia, os instrumentais metodológicos precisaram sofrer adaptações. Assim, as discussões foram realizadas via Google Meet – que possibilitou a comunicação por vídeo. Para otimizar a fala das entrevistadas, foram realizadas duas sessões: a primeira com 04 mulheres e a segunda com outras 02 mulheres. As entrevistas duraram em média 2 horas. Sob esse prisma, optou-se por deixar o nome das entrevistadas no anonimato, embora tenham autorizado a utilização dos nomes verdadeiros.

As primeiras perguntas envolveram a apresentação das entrevistas: nome, idade, gênero, raça, estado civil, cidade que residem atualmente e ocupação. Somente três entrevistadas se autodeclararam quanto à raça. As demais omitiram essa resposta. Fato similar ocorreu com relação à pergunta sobre gênero, havendo somente uma entrevistada que respondeu a esse questionamento. Com exceção de Iris que reside na cidade de Magalhães de Almeida, todas as outras residem em São Bernardo. Bruna reside na área rural, em um povoado chamado Baixa Grande. Desse grupo, apenas duas estudantes eram bolsistas (Tabela 01).

TABELA 01 – PERFIL DAS ENTREVISTADAS

Entrevistada	Idade	Gênero	Raça	Estado Civil	Cidade em que reside atualmente	Ocupação
Mariana	23	-	Branca	Solteira, sem filhos	São Bernardo	Recém-graduada, desempregada
Simone	25	-		Solteira, sem filhos	São Bernardo	Recém-graduada, desempregada
Íris	27	-	Parda	Solteira, sem filhos	Magalhães de Almeida	Estudante, desempregada
Bruna	21	Feminino	Parda	Casada, sem filhos	São Bernardo	Estudante, agricultora e professora de catolicismo
Flávia	40	-	-	Casada, três filhos	São Bernardo	Auxiliar de Sala de Aula
Bárbara	46			Casada, dois filhos	São Bernardo	Estudante, desempregada

Elaborada pelas autoras a partir das entrevistas (2020)

Mariana e Simone estavam prestes a participar da cerimônia de colação de grau na universidade que, com a pandemia, teve que ser adiada: "Estragou todos os sonhos", afirma Mariana. Ambas são irmãs e moram com a mãe, o padrasto, o tio e a irmã mais nova de 15 anos. São as primeiras pessoas da família a concluir o ensino superior, levando a frustração de ter a festa de formatura adiada. Com o diploma, as irmãs esperavam contribuir para a renda familiar, buscando se inserir no mercado de trabalho. A mãe é "dona de casa"[4] e recebe o benefício social Bolsa Família, enquanto o padrasto trabalha informalmente como pintor, realizando serviços ocasionais cobrando entre R$ 30,00 e R$ 100,00 a diária. Com a pandemia, a demanda pelo serviço diminuiu e as inseguranças aumentaram: "(...) a nossa renda sempre foi (...) a dificuldade maior da gente (...). E é por isso que a gente precisava se formar e somar renda aqui pra casa (...). A gente já vinha um pouco passando uns perrengues, mas agora (piorou)".

Bruna que vive na área rural e conta com o cultivo de alimentos para subsistência relata as dificuldades com a pandemia: "[...] como a gente trabalha na roça, precisava de algumas pessoas no cultivo e outros serviços, aí por causa de aglomerações de pessoas, só ficou a gente mesmo, da família. Aí digamos que o trabalho ficou em dobro". Iris mora com os pais, a irmã, o cunhado e o sobrinho. Ela conta que depois que a bolsa finalizar não vai ter

[4] O termo "dona de casa" é êmico e foi utilizado diversas vezes pelas entrevistas para se referir a mulheres que trabalham no próprio lar sem remuneração.

mais rendimentos e que a pandemia prejudicou a busca por empregos. Atualmente, a irmã que é funcionária pública concursada detém a maior renda da casa e ajuda na maioria das despesas.

Flávia e Bárbara não são do Maranhão. Em um movimento inverso da migração, que geralmente envolve o deslocamento para cidades grandes em busca de mais oportunidades de trabalho, ambas vieram buscar qualidade de vida no interior do estado. Flavia é de São Paulo e Bárbara é do Rio de Janeiro. No caso de Flávia, o marido maranhense foi buscar trabalho na capital paulista e lá se conheceram. Os três filhos do casal também são nascidos em São Paulo. Em busca de uma vida menos agitada, resolveram mudar para o Maranhão, na cidade que o marido nasceu. Com a instalação da UFMA, Flávia viu a oportunidade de continuar os estudos e fala com orgulho de estar cursando o ensino superior.

Bárbara conta que o esposo tem uma doença crônica, se enquadrando no grupo de risco para o coronavírus. Com isso, precisou parar de trabalhar com instalação e manutenção de ar condicionado, pois, viajava diariamente pelo interior e visitava casas de clientes – o que certamente aumentaria o risco de contágio. Ela também relata a preocupação com a mãe, de 70 anos, que veio morar com ela no Maranhão há pouco mais de um ano após o falecimento do esposo no Rio de Janeiro.

Flávia explica que a renda familiar também foi afetada durante a pandemia. Ela trabalha em uma escola que teve as aulas suspensas e demonstra preocupação com relação à volta às aulas e também sobre o trabalho do marido. A entrevistada ainda ressalta que teve que desenvolver outras atividades na pandemia, como ajudar o marido a costurar máscaras: “Essa pandemia trouxe pra gente o aprendizado de não ficar só esperando, fazer algo cada dia pra poder mudar, pra você não entrar em depressão, não se desesperar, não ficar as dívidas acumulando, só isso, né?”.

> No meu caso, **a pandemia trouxe muito essa questão de contingência**, que é a gente ter que saber lidar com toda essa pandemia. Lidar, no caso, o meu marido, por ele ser autônomo, ele trabalha com costura, ele é professor de corte e costura, também. Então ele, este ano, não pode dar aula porque ele dava aula particular de corte e costura. Aí, no caso, cortou essa questão da costura. E caíram muito as vendas. A gente tinha até um comércio, tinha uma oficina. Tivemos que devolver o ponto porque o aluguel já estava acumulando e o aluguel, por ser aqui em São Bernardo, às vezes sai caro. Então a gente resolveu tirar tudo, as coisas... está tudo aqui dentro de casa (...). Trabalho como professora, no ensino infantil, educação infantil. Então eu tenho minha renda, trabalhando como auxiliar na sala de aula. Agora ele, no caso, ele praticamente está de bico (...). Muitos estavam com medo dessa situação, porque é de risco, e não iam convidar ele pra poder consertar uma máquina ou fazer costura, essas coisas. Então, começou esses dias agora o serviço pra ele, mas praticamente quem estava sustentando a casa era eu, pra pagar aluguel,

> moro de aluguel (...). A gente é engajado nessa questão da 25 de Março, trabalhava na feirinha da madrugada, e de lá ele veio embora justamente por causa da pandemia, porque lá tudo fechou. Lá as lojas, os donos de loja entregaram seus pontos. Muitos agora estão trabalhando na rua pra poder pagar as dívidas. Então ele veio embora pra cá porque, falei pra ele: "**Se não fosse a pandemia, você estava lá ainda", e eu segurando as pontas aqui. Quer dizer, eu trabalhando, estudando e cuidando da casa** (relato de Flávia, grifo das autoras)**.**

A pandemia também trouxe uma sobrecarga de trabalho para as mulheres que, mesmo quando trabalham fora de casa, ainda somam a função de "donas de casa". Segundo uma pesquisa realizada pela organização de mídia Gênero e Número, em parceria com a Sempreviva Organização Feminista (SOF) divulgada pela Fundação Fiocruz (2020), metade das brasileiras passou a cuidar de alguém durante esse período, e 41% das mulheres com emprego afirmam estar trabalhando mais do que antes. Esse quadro se agrava nas áreas rurais onde 62% das mulheres respondentes afirmaram que passaram a exercer tarefas de cuidado com terceiros, fato mais comum entre as mulheres negras.

Para Macêdo (2020, p. 189), "(...) a responsabilidade pelo trabalho doméstico formal ou não, ainda é, no Brasil, exclusivamente destinada às mulheres, representando uma desigualdade entre os gêneros masculino e feminino". Nesse aspecto, se constituem itinerários de dor, opressão e também adoecimento, principalmente pela naturalização de subalternidade que a mulher ocupa na sociedade e na hierarquia da estrutura familiar tradicional, resultando na sua exaustão diante dos inúmeros cuidados estabelecidos pela mulher e empreendidos pelos membros da família. Uma das entrevistadas, Bruna, confirma essa situação. Quando indagada se os afazeres domésticos aumentaram na pandemia, ela respondeu: "Ficou, ficou bastante (puxado). E principalmente pra mim, que, nestes tempos agora, eu estava ajudando minha mãe. Então, como ela estava doente, aí o trabalho ficou digamos que o triplo, não é nem o dobro, pra mim". Para Flávia, embora haja uma colaboração de filhos e esposo nas tarefas domésticas, ainda sim o trabalho árduo fica ao seu encargo: "Todo mundo aqui sabe se virar. Mas, as tarefas assim robustas, coisa pesada, sou só eu. Serviço de casa pesado é só eu pra fazer mesmo". Ela ainda complementa sobre o aumento do trabalho em casa: "A gente está trabalhando mais, serviço mais em casa, dobrou bem mais".

Segundo Mayara (2020), a desigualdade de gênero fortaleceu a sobrecarga de trabalho feminino na pandemia, além de incidir sobre a sua saúde mental. A autora aponta pesquisas recentes elaboradas pela ONG estadunidense Kaiser Family Foundation que indica que 53% das mulheres relataram abalos emocionais durante o período, enquanto nos homens houve uma incidência de 27%. Com isso, nesse período, aumentaram também os casos de insônia,

estresse, ansiedade e depressão em mulheres, como relatado por todas as mulheres que participaram da pesquisa em São Bernardo.

> Com essa pandemia, eu até adquiri um problema de ansiedade. E é muito ruim, tento controlar já, com tantas preocupações sobre como que vai ser, o que que vai acontecer (Bruna).
>
> Também já tive algumas crises de ansiedade, principalmente ao acordar, porque a gente acorda, abre os olhos e pergunta: "pra que eu vou levantar da cama, o que tem pra fazer hoje? O que vai acontecer hoje?" A primeira notícia que vem nas redes sociais, na televisão, é morte, é casos, é isso e aquilo, não tem nada de animador. Então cai a gente assim no desespero de pensar "como é que vai ser a vida? Quando é que isso vai acabar?" Se vai acabar, porque hoje em dia as perguntas frequentes são essas (Iris).
>
> Afetou muito, muito. Eu sempre digo para os meus amigos que, quando a gente sair desta quarentena, todo mundo tem que ir para o psicólogo urgente. Não é normal, porque todo dia a gente tem que motivar outras pessoas também que estão ao nosso redor. Não é só a gente, não. A gente também tem que motivar um "bom dia, como é que está?" Sempre uma mensagem de conforto porque é difícil, é um momento muito difícil, todos nós estamos passando (Simone).
>
> Eu sou uma pessoa muito nervosa e aí qualquer coisa eu fico nervosa. Aí a mãe disse que eu atinjo ela porque, assim que eu fico com a minha paranoia de coronavírus, ela disse que até ela fica paranoica, porque eu fico tão paranoica que qualquer coisa eu acho que peguei a doença (Mariana).
>
> Como manter a nossa vida sem trabalho? (...). No início, eu fiquei com depressão, foi muito angustiante, eu não sabia o que eu ia fazer, porque as contas, a gente tem que pagar, né? (Bárbara).
>
> (...) tem dia que eu choro muito. Ontem mesmo eu chorei muito, muito. Aí hoje de manhã eu falei assim, "Tenho que acordar melhor amanhã, que amanhã eu tenho que mostrar que estou bem pras meninas, pras meninas não ficarem preocupadas comigo também". Mas, enfim, cada dia é um processo, a gente não sabe: hoje estamos bem, amanhã a gente não..., com essa pandemia, se a gente vai estar feliz da vida, e assim vai (Flávia).

Na maioria das famílias, a mulher acaba acumulando diversas funções e papéis sociais: mãe, esposa, tia, irmã, cuidadora, "dona de casa", provedoras da renda familiar etc. Com isso, em um cenário de incertezas e angústias imposto pela pandemia, o abalo emocional se faz sentir na medida em que a mulher assume o maior número de responsabilidades. Embora as pesquisadas tenham uma relação familiar baseada no modelo nuclear, com membros ativos que auxiliem tanto na renda familiar como nas tarefas domésticas, fica nítido nas falas o aumento do desgaste emocional neste período.

Sobre a quebra na rotina impulsionada pela pandemia, as entrevistadas relatam que houve mudanças de plano de viagens, festas e até as restrições de opções de lazer, limitando-se às atividades de recreação como jogos e brincadeiras, filmes e seriados e até práticas de

atividades físicas dentro de seus domicílios. Esse contato excessivo com os familiares tem gerado conflitos familiares, estresse e tédio. Somado a isso, a pandemia trouxe o medo da morte e da doença constante.

Por ser uma cidade pequena, as pessoas que se contaminaram (contaminam) ou morreram (morrem) pelo coronavírus eram conhecidas de muita gente, o que ampliou o sentimento de luto - vizinhos, funcionários de loja, pioneiros, ambulante, ou seja, gente do próprio cotidiano. O desafio de habitar o cotidiano em tempos pandêmicos é vivenciar processualidades e temporalidades distintas e, por vezes díspares, a partir de experiências e práticas intra e extra domiciliares, cuja própria moradia, antes segura, se torna ao mesmo tempo prisão e *locus* de conflito, em que se desvelam corpos femininos que vivem em intensa contingência e resistência.

A dimensão socioeducativa para as entrevistadas também foi bastante afetada durante a pandemia. Com a suspensão das aulas presenciais, todas elas buscaram realizar cursos pela internet para buscar um aperfeiçoamento. Contudo, ficou evidente em suas falas a falta da UFMA em suas vidas, uma vez que o seu cotidiano estava todo atrelado à vida acadêmica – constituído como espaço de socialização com amigos, professores e funcionários da instituição. Ademais, estar matriculada em uma universidade evoca uma sensação de empoderamento, ao mesmo tempo em que se torna uma tentativa de buscar uma melhoria na qualidade de vida a partir do ensino superior. Segundo Bárbara: " (...) a universidade é uma porta aberta pra um processo, pra fortalecer, principalmente nós, mulheres". Para ela, as mulheres universitárias são respeitadas na região: " (tem gente que fala) 'Ah, aquela bobinha ali', e aí (outro) fala, 'Não, ela é bobinha mais não. Vamos ter cuidado (com o que) fala com ela'".

Em um país marcado por desigualdades econômicas e sociais, historicamente sedimentadas, acirradas e desnudadas neste contexto de pandemia, alguns são considerados menos importantes que outros. Como destaca Butler (2018), uma vida para ser considerada vida, ela precisa ser enquadrada como tal e, assim, ser passível de luto. Para ser passível de luto, uma vida tem que ser mais do que meramente um organismo biológico, mas possuir condições adequadas de sobrevivência, tais como: moradia, alimentação, saúde (que inclui saneamento básico), dentre outros aspectos (BUTLER, 2018). A inexistência desses elementos demonstra que *mediante este proceso complejo y circular se crea a la vez una jerarquía, social y espacial, que se mide según la capacidad de acceso a los lugares valorados simbólicamente y/o economicamente* (RAZAC, 2015: p. 236).

A mudança na vida cotidiana que a pandemia causou fragmentou as certezas das alunas. Como diz o poeta amazonense Thiago de Mello (1983): “Tive um chão (mas já faz tempo) todo feito de certezas tão duras como lajedos. Agora (o tempo é que fez) tenho um caminho de barro umedecido de dúvidas”. A perda dos vínculos acadêmicos, as dificuldades financeiras, o stress do confinamento domiciliar, a falta de opções de lazer, o distanciamento de amigos e familiares, a doença e a morte de pessoas conhecidas ampliaram os espaços de dor. Assim, o luto não é vivido somente na morte do outro, mas está na perda das próprias subjetividades e que conferem identidade de ser-estar no mundo. Em tempos de pandemia, a morte não se esquece facilmente.

A vida se finda aos poucos nas cidades pequenas do Maranhão. Esses sentimentos compartilhados de medo e terror frente aos números diários de morte durante a pandemia atestam o profundo abandono que se alastra envenenando as experiências cotidianas no Brasil. O descaso de anos com os serviços públicos, como saneamento básico e água encanada (ampliando ainda mais as desigualdades com relação a esse acesso se compararmos as áreas urbanas e rurais das cidades da região leste do estado do Maranhão), aponta que, em um mesmo município, essas hierarquias se ampliam, se reproduzem e tornam algumas vidas passíveis de luto e outras não. Seguimos buscando a intermitência da morte em Saramago (2005), o dia seguinte em que ninguém morreu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o seu início, a pandemia vem gerando impactos multidimensionais na vida das pessoas. No entanto, há que se ressaltar que existem grupos sociais que já se encontram em situação de vulnerabilidade e, por isso, esse período tem intensificado ainda mais as mazelas e os processos de exclusão social. Os sentidos da pandemia são percebidos de forma diversa a partir da dimensão de gênero, raça e diferenças sociais de classe. A Organização Mundial da Saúde orienta para uma série de cuidados para se evitar o contágio pelo coronavírus. No entanto, questiona-se de que forma pessoas que vivem em domicílios pequenos, com famílias numerosas podem manter o distanciamento social? Como as pessoas que não tem saneamento básico podem ter as mínimas condições de higiene? Como os desempregados e as pessoas que vivem em situação de extrema pobreza podem comprar máscaras ou álcool gel? Ou ainda: como os autônomos que ganham seu dinheiro no dia a dia das ruas conseguem evitar

aglomerações em ônibus ou transportes que utilizam para se deslocar? A partir dessas percepções, tem-se uma visão de quem consegue ficar em quarentena.

As desigualdades no Brasil se processam não somente entre regiões, mas intra-regiões a partir de segregações socioespaciais, por exemplo. No entanto, verifica-se que os estados com pessoas que vivem em maior situação de pobreza estão nas regiões Norte e Nordeste do país. No interior de vários estados dessas regiões, é nítido o descaso do poder público com a população pobre. Vale destacar que as políticas públicas, quando são direcionadas para intervir nesses cenários, adotam um discurso humanitário que, na maioria das vezes, não procuram subverter as dinâmicas de poder existentes. Pelo contrário, acabam reforçando processos de exclusão e marginalização. Historicamente, as mulheres tiveram seus direitos cerceados e ainda hoje necessitam reivindicar o seu espaço na sociedade. No entanto, mesmo as mulheres que hoje trabalham e estudam continuam como as grandes responsáveis pelos afazeres domésticos, como a limpeza da casa e cuidado com os filhos – o que potencializa a sua carga de trabalho, causando abalos emocionais, colocando em risco a saúde mental dessas mulheres. Com isso, ampliam-se os espaços de dor desses grupos sociais excluídos.

Com dados socioeconômicos, verificou-se que as regiões de entorno do *campus* da UFMA em São Bernardo são formadas por municípios com infraestrutura precária de saneamento básico e uma população que vive basicamente da economia rural. Antes da pandemia, já enfrentavam os desafios de habitar o cotidiano. A partir dessa problemática, e ainda com o convívio com a realidade do interior do Maranhão, estado considerado o que abriga o maior percentual de pessoas que vivem em situação de pobreza no país, buscou-se conhecer as alterações no cotidiano das mulheres estudantes da UFMA.

A falta de opções de lazer, as condições precárias de moradia, a dificuldade de circulação e acessibilidade, o trabalho informal, a falta de transporte público, as condições climáticas adversas (que alternam períodos de seca com sol intenso, e que castigam os pedestres, com períodos de fortes chuvas que assolam a região), as vulnerabilidades sociais se ampliam, com inundações em vários trechos urbanos, destruindo o asfalto, alagando casas e estabelecimentos comerciais. Nesse cenário de limitações constantes, as resistências fazem parte do cotidiano. Como se não bastassem as dificuldades já vividas, a pandemia do coronavírus veio para acentuar mais ainda a marginalização dessa população que precisa de um mínimo de condições para se proteger do vírus, como serviços de saúde especializados para o combate ao covid-19 e infraestrutura urbana básica para assegurar condições sanitárias de qualidade.

Apesar de existirem diferenças intensas na trajetória de vida de cada uma das mulheres pesquisadas, os depoimentos convergem para a conclusão de que o momento da pandemia intensificou ainda mais os problemas sociais, como o desemprego e a dificuldade de acesso a renda, além de potencializar seus efeitos sobre as mulheres que passaram a trabalhar mais em casa e ainda passaram a desenvolver alguns transtornos emocionais que vão exigindo cada vez mais estratégias de resistência diante das incertezas. Durante a pesquisa, os desafios dessas mulheres moradoras de uma cidade pobre no interior do Maranhão já eram nítidos, quando as entrevistas via grupo focal precisaram ser realizadas pela internet. Com baixa conectividade ou ausência de sinal, praticamente em todas as falas houve dificuldade de se conseguir narrativas ininterruptas. Não obstante, essa dinâmica de exclusão incide também em contextos socioeducativos, pois, muitas famílias sequer possuem acesso à internet ou equipamentos tecnológicos que possibilitem uma qualidade de aprendizagem durante o período da pandemia. No entanto, como forma de dar seguimento às atividades, muitas instituições passaram a ofertar aulas em modo remoto, ampliando ainda mais o abismo social, visto que um entre cada quatro brasileiros não têm acesso à internet, como citado anteriormente.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. *Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa*. 29 de abril de 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet. Acesso em 29 nov. 2020.

BOM DIA MIRANTE. *Quase 20% dos maranhenses vivem na extrema pobreza, aponta IBGE*. 08 de abril de 2020. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/8465325/. Acesso 20 nov. 2020.

BUTLER, Judith**. *Quadros de guerra***: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

COMOLI, Eliane; CANTO, Karen. Pandemia impacta mais a vida das mulheres. *ComCiência*. Disponível em: https://www.comciencia.br/pandemia-impacta-mais-a-vida-das-mulheres/. Acesso 20 nov. 2020.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos, seguido de, Envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ESTRELA, Fernanda Matheus et al . Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 25, n. 9, p. 3431-3436, 2020.

FUNDAÇÃO FIOCRUZ. *Metade das mulheres passou a cuidar de alguém na pandemia, revela pesquisa.* 05 de agosto de 2020. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/metade-das-mulheres-passou-cuidar-de-alguem-na-pandemia-revela-pesquisa#:~:text=Metade%20das%20brasileiras%20passou%20a,a%20SOF%20Sempreviva%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Feminista. Acesso 21 nov. 2020.

GATTI, Bernadete Angelina. *Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Brasília: Líber Livro 2005.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs. p.223-244, 1984.

HARVEY, David. Política anticapitalista en tiempos de COVID-19. In: AGAMBEN, Giorgio etl al (orgs). *Sopa de Huhan*. Barcelona: SPO, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil.* 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso 21 nov. 2020.

_____. *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. *Regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão*- Proposta Avançada. Governo do Estado do Maranhão: São Luís, 2018.

Formato Documento Eletrônico(ABNT)

MACEDO, Shirley. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. *Rev. NUFEN*, Belém , v. 12, n. 2, p. 187-204, ago. 2020.

MAYARA, Jessica. Mulheres podem estar mais expostas psicologicamente à pandemia. *O Estado de Minas.* 29 de maio de 2020. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/bem-viver/2020/05/29/interna_bem_viver,1151856/mulheres-podem-estar-mais-expostas-psicologicamente-a-pandemia.shtml. Acesso 20 nov. 2020.

MELLO, Thiago. *Mormaço na floresta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1983.

MUKASONGA, Scholastique. *A mulher dos pés descalços.* São Paulo. Editora Nós, 2017.

UFJF. *A vulnerabilidade atinge especialmente negros e pobres***.** Campus e comunidade. 20 de março de 2020. Disponível em: < https://www2.ufjf.br/noticias/2020/03/20/a-vulnerabilidade-atinge-especialmente-negros-e-pobres/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

RAZAC, Olivier. *Historia política del alambre de espino*. S.C. de Tenerife: Melusina, 2015.

SARAMAGO, José. *As intermitências da morte*. São Paulo. Companhia das Letras. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos et.al. A questão da pobreza no maranhão: determinantes e formas de enfrentamento. In: *Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2011, São Luís, MA. Anais (on-line). São Luís, 2011. Disponível: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MESAS_TEMATICAS/A_QUESTAO_DA_POBREZA_NO_MARANHAO_DETERMINANTES_E_NEW.pdf. Acesso 20 ago. 2020.